

Senhor Presidente da Assembleia

Senhor Presidente Do Governo

Senhores membros do Governo

Senhoras e senhores deputados

Tem vindo a ficar claro que o orçamento para 2016 agora proposto está longe de corresponder às legítimas expectativas que sobre ele foram criadas, por duas ordens de razão: primeiro porque o próprio governo as criou quando tomou posse prometendo aquilo que vem revelando ser incapaz de cumprir, segundo porque com o fim formal do plano de ajustamento económico e financeiro seria de esperar que o garrote fosse aliviado.

Os madeirenses estiveram nestes últimos anos sujeitos a uma brutal carga fiscal e a todo um conjunto de sacrifícios decorrentes do mencionado plano, e é bom que não nos esqueçamos, que o mesmo não decorreu por responsabilidade das governações nacionais, não por causa da conjuntura internacional, mas devido à governação PSD dos últimos 40 anos, com particular enfoque nos últimos 10, década em que tudo se agravou apesar de em dias difíceis com as intempéries de 2010 e posteriores a ajuda do estado não ter faltado, ajuda que a região não soube, nem quis dar a uma parte do seu povo, aquando do temporal que se abateu sobre o Porto da Cruz, apenas por revanchismo político revelando o que de pior um Governo pode ter que é uma manifesta insensibilidade social, para não dizer estupidez natural.

Portanto, quero deixar claro, que independentemente do mais diverso argumentário que tem vindo a ser esgrimido, o único responsável por termos sofrido o que sofremos foram os governos do PSD que, num regabofe insano desbarataram recursos, favoreceram afilhados e comprometeram o nosso futuro enquanto região.

Mas se o passado é triste o futuro é duvidoso porquanto já se percebeu que os sacrifícios são para continuar em 2016 e posteriores, apesar do plano de ajustamento terminar em 2015.

Mais do que insensibilidade política este governo revela oportunismo político, porque à boleia da conjuntura nacional e dos desvarios jardinistas pretende manter uma carga fiscal exagerada, incompreensível e nefasta para famílias e para a economia tentando depois de tudo passar incólume. Cá estaremos para ir lembrado quem são os verdadeiros responsáveis por isto tudo.

É um paradoxo que se exija mais autonomia fiscal, quando na verdade nem a que atualmente temos é utilizada, ou se quisermos, é utilizada para espezinhar ainda mais um povo, já de si sacrificado pelas idiossincrasias regionais. Caso para dizer que com este governo mais autonomia fiscal significaria mais impostos e mais sacrifícios.

O Partido Socialista apresentará na especialidade as propostas que entende necessárias para melhorar o orçamento para 2016 e da sua aceitação ou não dependerá o seu sentido de voto.

Fica desde já claro que perante a intransigência de nada, de verdadeiramente importante, ser aceite só nos restará votar contra.

Entra outras propostas, entendemos que deverá ser reposto o diferencial de 30% relativo ao IVA, desagravada a taxa do ISP e reposto o subsídio de insularidade para os madeirenses de forma de mitigar os efeitos da insularidade da ultraperiferia tantas vezes invocados para exigir ao Estado e à Europa aquilo que agora o PSD quer agora negar ao seu próprio povo.

Entendemos que é também necessário um complemento solidário para os idosos com menos rendimentos, de 50€ mensais, exigência antiga que os governos ditos sociais do PSD nunca souberam interpretar.

A solidariedade, contrariamente ao que o Governo diz não pode ser feita unicamente pela via fiscal, pois como se sabe, quem não tem rendimentos tributáveis porque está em situação de desemprego ou recebe reformas de miséria não fica ao alcance dessas medidas, fica é cada vez mais isolado, mas isso para um Governos com vertigens austritivas não interessa.

Entendemos, também, que a gestão do CINM deve ser integralmente pública por ser essa a forma que melhor defende o interesse regional, não se entendendo a relutância que desde sempre o PSD tem manifestado relativamente a essa opção.

Queremos a implementação de um programa de apoio às PMEs que inclua a reestruturação das suas dívidas libertando meios financeiros para a sua gestão quotidiana, porque entendemos a relevância que essas empresas detêm enquanto entidades empregadoras e da importância desse emprego para as famílias e para a economia regional.

A Renegociação das rendas das PPP's deverá ser aprofundada, sendo manifestamente insuficiente a redução das respetivas rendas em 11%, proporemos que num prazo de 2 anos possa chegar aos 30%, libertando meios que compensam outras medidas de carácter social que propomos.

Temo-nos empenhado também na busca de soluções e consensos relativamente à construção de um novo hospital e desde logo no que concerne à sua inscrição, pelo Estado, como Projeto de Interesse Comum, circunstância, que possibilitará beneficiar de apoios nacionais e europeus, candidatura que deverá ser formalizada pelo Governo Regional, em nosso entender no horizonte de 2016, após a definição e consecução em estudos e projetos do que efetivamente se quer que seja feito.

Impende sobre o Governo Regional essa responsabilidade, como a de gerir também o projeto financeiro, obtendo os apoios externos que forem possíveis, mas assumindo a sua quota-parte de responsabilidade, sendo desaconselhado o contencioso institucional com a República a esse propósito.

O Partido Socialista desde o primeiro instante que tem vindo a promover consensos nesta matéria tendo afirmado que tudo faria para a

consecução desse objetivo. Dos contatos havidos com o Governo da Republica e de outras démarches efetuadas, resulta o comprometimento do Governo de António Costa com essa ambição dos madeirenses e portossantenses. Compete agora ao Governo Regional fazer o seu trabalho, passar das intenções aos atos.

Quanto ao Jornal da Madeira, exige-se ao Governo que cumpra o que prometeu mas já se percebeu que a Região vai continuar a enfiar dinheiro naquele poço sem fundo, sob a capa da sua reestruturação para posterior venda.

Tem ficado demonstrado ao longo deste debate que o orçamento de Albuquerque para 2016 é um clone do orçamento de Jardim para 2015 e anteriores.

Fica demonstrado que ao não aceitar um maior desagravamento fiscal esta o orçamento de Albuquerque é um sucedâneo dos orçamentos troikistas de Passos Coelho.

Fica vincado que o maldito Plano de Ajustamento nacional é o bendito do plano de ajustamento regional que suga até ao tutano os madeirenses e portossantenses.

Fica demonstrado, afinal de contas, que um governo pintado de fresco não é assim tão diferente de um governo estafado.

Tenho dito.